

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE  
DEPARTAMENTO DE TERAPIA OCUPACIONAL  
CURSO DE TERAPIA OCUPACIONAL

Ana Cristina Pellenz

**A CONTRIBUIÇÃO DO TERAPEUTA OCUPACIONAL NA  
ABORDAGEM DE REDUÇÃO DE DANOS**

Santa Maria, RS  
2023

Ana Cristina Pellenz

**A CONTRIBUIÇÃO DO TERAPEUTA OCUPACIONAL NA ABORDAGEM DE  
REDUÇÃO DE DANOS**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Terapia Ocupacional, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Bacharel em Terapia Ocupacional**.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Ma. Luana Ramalho Martins

Santa Maria, RS  
2023

Ana Cristina Pellenz

**A CONTRIBUIÇÃO DO TERAPEUTA OCUPACIONAL NA ABORDAGEM DE  
REDUÇÃO DE DANOS**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Terapia Ocupacional, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Bacharel em Terapia Ocupacional**.

**Aprovado em 02 de fevereiro de 2023:**

*Luana Ramalho Martins*

---

**Luana Ramalho Martins, Ma. (UFSM)  
(Orientadora)**

*TATIANA DIMOV*

---

**Tatiana Dimov, Dra. (UFSM)  
(Docente Avaliadora)**

Santa Maria, RS  
2023

## RESUMO

### A CONTRIBUIÇÃO DO TERAPEUTA OCUPACIONAL NA ABORDAGEM DE REDUÇÃO DE DANOS

AUTORA: Ana Cristina Pellenz  
ORIENTADORA: Luana Ramalho Martins

No campo da saúde mental, uma das ações para a assistência a usuários de substâncias é a prática de Redução de Danos (RD), uma estratégia de produção de saúde contrária à política antidrogas e a lógica de abstinência. O terapeuta ocupacional é um dos profissionais que pode compor a linha de cuidado neste campo, utilizando a abordagem de RD nas intervenções, objetivando a promoção da qualidade de vida, o restabelecimento de habilidades, a produção de autonomia e ações para a reinserção social e familiar. Esse estudo constitui-se como uma revisão de literatura de abordagem qualitativa, realizada através de achados selecionados na busca em bases de dados eletrônicos. Buscou-se discutir acerca da importância da abordagem de RD na assistência aos usuários de substâncias, bem como analisar a contribuição do terapeuta ocupacional partindo desta perspectiva e as possibilidades de atuação do profissional com este público. Os achados demonstram que a utilização da abordagem de RD pelo terapeuta ocupacional pode auxiliar o usuário a encontrar e experimentar possibilidades de (re)construir o cotidiano, contribuindo para o seu restabelecimento. O artigo conclui que os usuários de substâncias procuram os serviços de saúde mental com diferentes demandas que não se restringem à abstinência, e que a abordagem de RD é potente ao ser adotada como estratégia, mas ainda existem desafios em um viés social e político no emprego desta perspectiva. Verifica-se que os terapeutas ocupacionais vivenciam desafios na prática partindo da abordagem de RD, necessitando maior análise da atuação e aprimoramento sobre o tema.

**Palavras-chave:** Redução de Danos. Terapia Ocupacional. Assistência à Saúde Mental. Transtornos Relacionados ao Uso de Substâncias.

## ABSTRACT

### THE CONTRIBUTION OF THE OCCUPATIONAL THERAPIST IN THE HARM REDUCTION APPROACH

AUTHOR: Ana Cristina Pellenz  
ADVISOR: Luana Ramalho Martins

In the field of mental health one of the actions to assist people that use substances is the practice of Harm Reduction (HR), a health production strategy contrary to the anti-drug policy and the logic of abstinence. The occupational therapist is one of the professionals who can compose the line of care in this field using the HR approach in interventions, promoting quality of life, restoring skills, producing autonomy and actions for social and family reintegration. This study consists in a literature review with a qualitative approach, carried out through selected findings by the search in electronic databases. We sought to discuss the importance of the HR approach in assisting substance users, as well as to analyze the contribution of the occupational therapist from this perspective and the possibilities of professional action with this public. The findings demonstrate that the use of the HR approach by the occupational therapist can help the users to find and experience possibilities of (re)constructing everyday life which may contribute to their recovery. The study concludes that substance users seek mental health services with different demands that are not restricted to abstinence and that the HR approach is potent when adopted as a strategy, but there are still challenges in a social and political bias for the use of this perspective. It appears that occupational therapists experience challenges in practice based on the HR approach requiring greater analysis of the performance and improvement on the subject.

**Keywords:** Harm Reduction. Occupational Therapy. Mental Health Assistance. Substance use related disorder.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>7</b>
<b>2. METODOLOGIA .....</b>	<b>9</b>
<b>3. RESULTADOS.....</b>	<b>11</b>
<b>4. CENÁRIO POLÍTICO DO CUIDADO EM SAÚDE MENTAL .....</b>	<b>14</b>
<b>5. ASPECTOS DA ABORDAGEM DE REDUÇÃO DE DANOS: POTENCIALIDADES E DESAFIOS.....</b>	<b>18</b>
<b>6. A PERCEPÇÃO DOS USUÁRIOS DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS QUE BUSCAM CUIDADOS EM SERVIÇOS DE SAÚDE MENTAL .....</b>	<b>21</b>
<b>7. A CONTRIBUIÇÃO DA TERAPIA OCUPACIONAL A PARTIR DA ABORDAGEM DE REDUÇÃO DE DANOS .....</b>	<b>23</b>
<b>8. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>26</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>27</b>

## 1. INTRODUÇÃO

As práticas de cuidado em saúde mental foram modificadas com o decorrer do tempo. O modelo hospitalocêntrico e medicalizador baseado no Tratamento Moral, de Philippe Pinel, após movimentos políticos e sociais contrários, deu lugar ao Paradigma da Reabilitação Psicossocial, que tem um viés centrado no indivíduo e suas vivências, oportunizando que este possa se expressar a partir de suas subjetividades (SHIMOGUIRI e COSTA-ROSA, 2017). A Política Nacional de Saúde Mental corrobora com esse modelo de cuidado e expande práticas e ações de cuidado com a Lei nº 10.216/2001, que: “protege e garante os direitos das pessoas que vivem com transtornos mentais, redirecionando o modelo assistencial em saúde mental” (BRASIL, 2001).

No âmbito da saúde mental, uma das ações para o cuidado e assistência de usuários de álcool e outras drogas é a prática de Redução de Danos (RD), que se configura como uma estratégia de produção de saúde contrária à política antidrogas e a lógica de abstinência. Na perspectiva da RD, atenta-se para a diversidade das demandas do indivíduo que faz uso de álcool e outras drogas, ampliando as ofertas em saúde sem se pautar na imposição de que o usuário interrompa imediatamente o uso de substâncias (PASSOS e SOUZA, 2011). Essa abordagem assegura ações em saúde que promovam a melhoria da qualidade de vida destes indivíduos, respeitando suas respectivas necessidades, estimulando comportamentos que promovam mais segurança ao usar substâncias que possam causar dependência e realizando ações de educação, informação e aconselhamento em saúde (BRASIL, 2005a).

O terapeuta ocupacional é um dos profissionais que pode compor a linha de cuidado em serviços de saúde mental. A Terapia Ocupacional tem como objeto de estudo as ocupações humanas. Portanto, as práticas terapêuticas ocupacionais baseiam-se nas atividades que os indivíduos realizam no cotidiano, sendo que essas atividades produzem o sentido para a existência humana, promovem e concedem sentido às relações que as pessoas constituem durante a vida (FIGUEIREDO, et. al, 2020). De acordo com Silva et. al. (2015, p. 330), alguns objetivos do terapeuta ocupacional em serviços de saúde mental são: “promover a qualidade de vida, desenvolver/restaurar habilidades, capacidades, autonomia e independência dos sujeitos, bem como favorecer o processo de reinserção social e familiar”.

Durante a graduação em Terapia Ocupacional, construiu-se uma afinidade e aproximação em relação à estudos de temáticas referentes à atuação da Terapia Ocupacional no campo da Saúde Mental. Com isso, e compreendendo a importância da temática, a pesquisa foi realizada para compreender a abordagem de Redução de Danos, bem como a atuação do terapeuta ocupacional com usuários de álcool e outras drogas, partindo desta perspectiva. Assim, este estudo parte de uma necessidade latente de evidenciar as contribuições deste profissional com o referido público. Como também, colabora para que os estudos dentro desta temática sejam direcionados e atinjam o público interessado pelo assunto.

O Terapeuta Ocupacional, sendo profissional que compõe a linha de cuidado para tal população, ocupa um papel importante nesse contexto de ressignificações. Associando a sua intervenção com a abordagem de RD, pode auxiliar os indivíduos a encontrar e experimentar outras possibilidades de (re)construir o cotidiano, contribuindo significativamente para o seu restabelecimento. Deste modo, esta pesquisa busca aprofundar a discussão sobre de que forma vem sendo descrita na literatura a prática a partir da abordagem de RD, bem como a intervenção do terapeuta ocupacional com indivíduos que fazem o uso de substâncias, levando em conta esta abordagem. Para isso, objetiva analisar a contribuição da prática do terapeuta ocupacional com a abordagem de RD, e tem como objetivos específicos: compreender como a abordagem de RD é empregada considerando as modificações no contexto político em saúde mental nos últimos anos, identificar a importância da perspectiva de RD no cotidiano de usuários de substâncias e reconhecer a intervenção do terapeuta ocupacional frente a esse público.



## 2. METODOLOGIA

Esse estudo foi realizado por meio de uma revisão de literatura clássica, a partir de achados em publicações indexadas em base de dados. Reconhecendo a importância em manter a subjetividade na pesquisa, considerando a temática proposta, caracteriza-se também por ter uma abordagem qualitativa e caráter exploratório. A pesquisa com abordagem qualitativa não se preocupa em quantificar os dados, mas sim em analisar situações para compreender os indivíduos ou grupos sociais, esclarecendo a causa de um fenômeno. Nesta abordagem o pesquisador deve interpretar a complexidade das situações (GOLDENBERG, 1997). Gil (2007, p. 41), afirma que: “Uma pesquisa com caráter exploratório busca explicitar um problema e construir hipóteses sobre esse problema, sendo flexível e considerando aspectos variados referente a temática do estudo”.

Para desenvolver a pesquisa e atingir o objetivo deste estudo, foi feito um levantamento bibliográfico de publicações que apresentam a temática da abordagem de redução de danos, bem como a atuação do Terapeuta Ocupacional neste contexto, indexadas nas bases de dados *Scientific Electronic Library Online (SciELO)*, *Literatura Latino Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (Lilacs)* e Portal de Periódicos da CAPES. A coleta dos dados foi realizada durante os meses de maio e junho de 2022, tendo como caráter de inclusão para a busca, publicações em língua portuguesa, publicadas nos últimos dez anos (2012-2022) e com o texto completo disponível *on-line*. De acordo com os *Descritores em Ciências da Saúde (DeCS)*, os descritores utilizados foram, primeiramente, somente o termo redução de danos, e após, os termos redução de danos e Terapia Ocupacional, sendo utilizado como recurso a expressão booleana *and*, associando o termo redução de danos à Terapia Ocupacional.

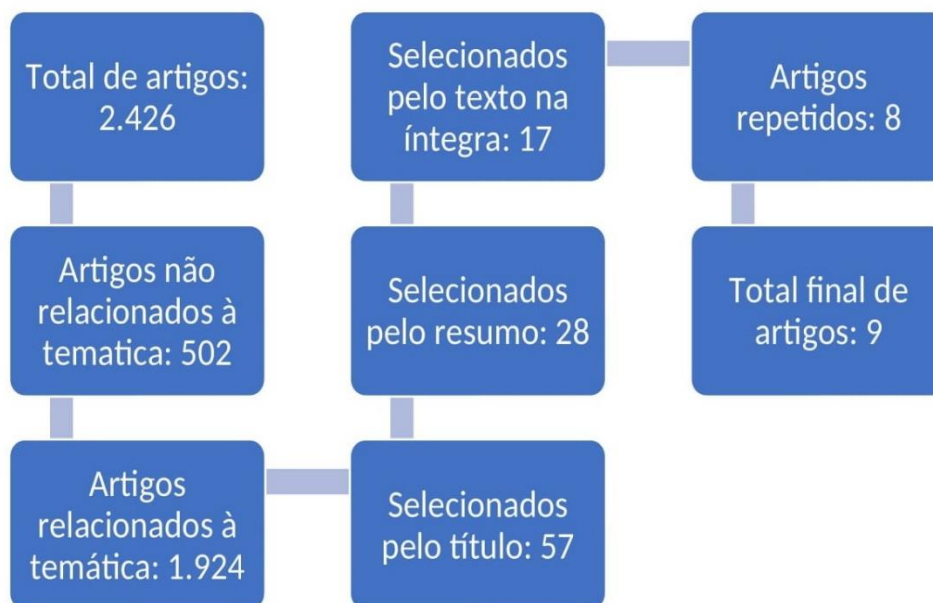
Para o processo de análise dos dados, foi utilizada a metodologia de análise de conteúdo de Bardin, comumente empregada em estudos com abordagem qualitativa. Godoy (1995 apud CAMARA, 2013), afirma que na perspectiva de Bardin, a análise de conteúdo se aplica em diversas formas de comunicação, permitindo ao pesquisador compreender as características e estruturas que denominam fragmentos das mensagens em questão. Bardin (2011 apud CAMARA, 2013) aponta que a análise de conteúdo é composta por três fases relevantes: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados.

Na pré-análise, foram realizados o primeiro contato e a organização das publicações encontradas, realizando a leitura flutuante dos estudos e selecionando aqueles que se adequavam à temática desta pesquisa, para assim realizar a análise e discussão dos achados. Na fase de exploração do material, as publicações foram classificadas e agrupadas para constituir as categorias de discussão adequadas conforme o propósito do estudo. Na última fase, onde ocorre o tratamento dos resultados, os dados obtidos foram interpretados e apresentados de forma a embasar os objetivos desta pesquisa.

### 3. RESULTADOS

Ao realizar a busca nas bases de dados, as publicações foram selecionadas primeiramente pela leitura do título, seguido da leitura do resumo e pela leitura do artigo em sua totalidade, sendo esta seleção baseada na proximidade da publicação com a temática da pesquisa. Após a seleção, conforme critérios de inclusão estabelecidos na metodologia, foram localizados, ao total, 17 artigos, sendo 4 artigos no Lilacs, 5 artigos no SciELO e 8 artigos no Portal da Capes. Dentre os artigos, foram excluídas as publicações que se repetiram durante a busca nas bases de dados (8 artigos), resultando em 9 artigos selecionados para o desenvolvimento da pesquisa. Percebe-se maior quantidade de publicações entre os anos de 2019 a 2021, sendo 2 artigos em 2019, 2 artigos em 2020 e 1 artigo em 2021. O ano de 2014 também apresenta uma parcela significativa, com 2 publicações. Nos anos de 2015 e 2018, ambos tiveram 1 artigo publicado. O processo de seleção de artigos está apresentado no fluxograma a seguir (Figura 1).

**Figura 1-** Processo de seleção de artigos após aplicação dos critérios.



Durante o período de busca e coleta de publicações, é perceptível a escassez e a dificuldade de encontrar estudos que se aproximem da temática da pesquisa. Ao utilizar as palavras-chave “redução de danos” e “terapia ocupacional”, foi possível encontrar publicações focadas em redução de danos, mas relacionando o termo a outros acometimentos em saúde, como distúrbios cognitivos, de reabilitação física e motora. Além disso, a busca revela publicações recentes que trazem a redução de danos referente a condições associadas à pandemia de Covid-19. Ainda, em estudos onde o terapeuta ocupacional encontra-se presente em uma equipe multiprofissional, nota-se que a discussão acerca da abordagem de redução de danos é direcionada em maior parte para outras áreas da saúde, como psicologia, psiquiatria e assistência social. Para melhor visualização dos resultados obtidos nos estudos selecionados, foi elaborado o Quadro 1, apresentado na página a seguir, contendo o ano, o nome dos autores, o título da pesquisa e os objetivos pretendidos.

Após a finalização da etapa de seleção dos artigos, os mesmos foram lidos novamente, na íntegra e de forma minuciosa, envolvendo o desmembramento do texto em pequenos trechos que demonstram proximidade com esta pesquisa e, portanto, podem ser utilizados para fomentar a discussão. A partir disso, foi realizado um processo de categorização, onde os trechos destacados foram agrupados conforme a temática, levando a constituição de quatro categorias para realizar a discussão dos achados, assim denominadas: *Cenário político do cuidado em saúde mental; Aspectos da abordagem de redução de danos: potencialidades e desafios; A percepção dos usuários de álcool e outras drogas que buscam cuidados em serviços de saúde mental; A contribuição da terapia ocupacional a partir da abordagem de redução de danos.*

Quadro 1. Informações sobre os estudos selecionados para a pesquisa.

ANO DE PUBLICAÇÃO	AUTOR(ES)	TÍTULO DO ESTUDO	OBJETIVO DO ESTUDO
2014	Souza e Carvalho	Apoio territorial e equipe multirreferencial: cartografias do encontro entre o apoio institucional e a redução de danos nas ruas e redes de Campinas, SP, Brasil	Analisar os desafios da gestão do cuidado a partir de algumas ações de apoio realizadas por agentes redutores de danos em áreas de atuação de equipes de CAPS ad e de Unidades Básicas de Saúde de Campinas, SP, Brasil.
2014	Nogueira e Pereira	Ações de terapeutas ocupacionais na atenção à pessoa com problemas relacionados ao uso de álcool e outras drogas	Caracterizar as intervenções de terapeutas ocupacionais em espaços destinados ao atendimento de pessoas com problemas relacionados ao uso de álcool e outras drogas, identificando a forma e frequência dos atendimentos e mapeando as principais atividades desenvolvidas e os seus objetivos.
2015	Silva, et. al.	Mapeamento da atuação do terapeuta ocupacional nos Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS ad) do interior do estado de São Paulo	Mapear características, profissionais e atividades realizadas pelos terapeutas ocupacionais dos CAPS ad do interior do estado de São Paulo.
2018	Lopes	Proibicionismo e atenção em saúde a usuários de drogas: tensões e desafios às políticas públicas	Refletir sobre os modelos e práticas de atenção a usuários de drogas em meio às políticas públicas atualmente em voga.
2019	Mota, et. al.	Aspectos do cuidado integral para pessoas em situação de rua acompanhadas por serviço de saúde e de assistência social: um olhar para e pela terapia ocupacional	Identificar e analisar as percepções dos profissionais terapeutas ocupacionais e dos usuários sobre a atuação e especificidade da terapia ocupacional junto a pessoas em situação de rua atendidas pelo CAPS-ad III e pela Unidade de Acolhimento.
2019	Worm e Migani	Retrocesso na Política Nacional sobre Drogas: a aprovação da Resolução da abstinência pelo Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas.	Apresentar as ilegalidades e inconstitucionalidades da Resolução CONAD n. 01/2018 na política pública nacional sobre drogas, que mudou a orientação estatal acerca do tema.
2020	Machado, et. al.	Das proposições da política às práticas dos serviços: há novidades nos CAPS ad?	Ampliar as compreensões sobre o modo de atenção dos CAPS ad, as práticas que produzem e as lógicas que adotam.
2020	Machado, et. al.	O que pessoas que usam drogas buscam em serviços de saúde? Compreensões para além da abstinência	Compreender as demandas, necessidades e expectativas dirigidas aos serviços de saúde por pessoas que usam drogas.
2021	Pires e Santos	Desafios do multiprofissionalismo para a redução de danos em CAPS ad	Refletir sobre as implicações do multiprofissionalismo para a tradução da RD em ações práticas junto aos usuários dos serviços.

Fonte: dados da pesquisa

#### 4. CENÁRIO POLÍTICO DO CUIDADO EM SAÚDE MENTAL

O processo da Reforma Psiquiátrica Brasileira é um marco histórico e político de grande relevância para o campo da saúde mental, bem como para a compreensão de como vem ocorrendo a prática em saúde na atualidade. Com início na década de 70, o movimento se expandiu em 1980, onde também ocorreu o movimento de Reforma Sanitária, levando à origem do Sistema Único de Saúde (SUS). A Reforma Psiquiátrica contou com uma participação social potente, composta por trabalhadores da saúde, usuários, familiares e pesquisadores, que protestaram em prol da desinstitucionalização e de ações de cuidado ampliadas e humanizadas, centradas nos usuários (GULJOR, et al., 2022).

A Lei nº 10.216/2001 representa a conquista desse movimento, garantindo a proteção e os direitos das pessoas com transtornos mentais, para que essas acessem com dignidade o tratamento adequado no sistema de saúde (BRASIL, 2001). A promulgação da lei impulsiona o processo da Reforma Sanitária Brasileira, juntamente com a realização da III Conferência Nacional de Saúde Mental. São movimentos que consolidam a política de saúde mental no Brasil, promovendo-a e concedendo maior visibilidade.

Além das leis promulgadas, a rede de atenção à saúde mental se expande com o financiamento disponibilizado pelo Ministério da Saúde para o custeio dos serviços abertos, substitutivos aos hospitais psiquiátricos brasileiros. São ações que configuram um grande avanço para o estabelecimento de um novo modelo assistencial, que oferece direito de acesso, dignidade e outras oportunidades aos usuários, visando a liberdade, a possibilidade de participação social e comunitária, ao invés de uma intensa institucionalização e um processo medicalizador extremo. (BRASIL, 2005b).

Em dezembro de 2011, a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) é instituída pela Portaria nº 3.088, para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do SUS. A RAPS cria e amplia os pontos de atenção à saúde de usuários, combatendo estigmas, respeitando os direitos humanos e a dignidade, garantindo o acesso aos serviços de forma integral e com equidade, autonomia e liberdade (BRASIL, 2011).

A RAPS tem como objetivos ampliar o acesso da população aos serviços de atenção psicossocial, promovendo o acesso dos usuários dos serviços de saúde

mental e seus familiares aos pontos de atenção da rede e garantindo a articulação e a integração entre os pontos de atenção no território. A RAPS, reconhecendo a importância de intervir com o indivíduo em seu próprio território, considerando as vivências singulares e coletivas que ali se estabelecem, possibilita a reabilitação e reinserção dos usuários na sociedade, por meio de estratégias para o acesso ao trabalho, renda e moradia e participação social. Além disso, desenvolve importantes ações para prevenção do consumo de álcool e outras drogas e para a redução dos danos causados por tais substâncias (BRASIL, 2011).

Os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), são os pontos de atenção com papel importante na atenção psicossocial especializada, regulamentados pela Portaria nº 336/2002. Quando surgiram, foram implementados de forma substitutiva aos hospitais psiquiátricos, visando a mudança do modelo assistencial (SILVA, et al., 2015). Constituídos por uma equipe multiprofissional, realizam atendimentos a indivíduos com transtornos mentais graves e persistentes e a sujeitos com necessidades decorrentes do uso de álcool e outras drogas (BRASIL, 2002, 2011). De acordo com Silva et. al. (2015), o CAPS ocupa um lugar central na rede, e deve articular com os demais pontos de atenção, de forma a garantir um suporte entre os serviços, bem como a efetividade do trabalho. O CAPS AD, serviço de saúde mental relevante para o desenvolvimento desta pesquisa, busca estratégias para além da intervenção clínica com os usuários, como ações de prevenção, educação e informação em saúde (BRASIL, 2004; SILVA, et al., 2015).

Conforme o exposto e de acordo com os estudos de Machado, et. Al. (2020a, p.16) é evidente que as políticas do SUS referentes à usuários de drogas propostas entre 2001 e 2015 fomentam a atenção psicossocial e a redução de danos como princípios norteadores. As políticas levam à um rompimento de um modelo de atenção centrado na abstinência como objetivo final e os ideais que associam e reduzem a experiência do uso de drogas à criminalidade. Referente à construção de políticas públicas sobre drogas e a relação com a criminalidade:

A criminalização aos usuários e dependentes sempre se mostrou como desafio a ser superado pela política nacional, tendo em vista que a sua descriminalização corresponde a um importante passo para que o Estado tenha controle sobre a circulação das substâncias entorpecentes, bem como projete ações de apoio aos usuários e dependentes com o objetivo de minar consideravelmente o mercado consumidor e desestimular o comércio de drogas. (WORM e MIGANI, 2019, p. 61)

A construção e execução de políticas de drogas compreende diversos setores, se configurando um processo complexo e desafiador, tanto a nível de governo quanto na sociedade de modo geral, “[...] envolve questões culturais, econômicas, de saúde, educação, assistência social e segurança pública” (WORM e MIGANI, 2019, p. 76). A lógica do proibicionismo ainda está presente na sociedade atual, contribuindo para a desassistência aos usuários na cultura de consumo de drogas, influenciando também nas políticas atuais de atenção aos usuários de drogas e na forma que a abordagem de redução de danos é difundida entre serviços, profissionais, usuários e sociedade (LOPES, 2018).

Tem-se percebido que a lógica proibicionista que envolve o uso de drogas ilícitas não é associada da mesma maneira ao uso de drogas lícitas. Lopes (2018) traz que o consumo de álcool e o uso de medicamentos psicotrópicos é recorrente em grande parte da população, que pouco recebe ou acessa orientações sobre os riscos e danos que o uso frequente de drogas lícitas pode acarretar, enquanto usuários de drogas ilícitas permanecem sendo percebidos em situação de exclusão, ocupando uma posição de marginalidade, com suas necessidades veladas, dificultando ainda mais o acesso à saúde e tratamento adequado.

A mesma sociedade que se escandaliza e se choca com o consumo de drogas nas “cracolândias” é a que nada faz para reconhecer os impactos extremamente nocivos do maciço, alastrado e indiscriminado consumo de álcool. Também é a mesma sociedade que estigmatiza e moraliza o usuário de maconha e consome, em crescimento exponencial, medicamentos psicotrópicos de forma completamente descontrolada. (LOPES, 2018, p. 6.).

Fomentando ainda mais a lógica de proibir e repreender o usuário de drogas ilícitas, em 2018 o Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas (CONAD) editou a resolução n. 01/2018, destacando a não descriminalização das drogas e a adoção de um modelo assistencial baseado na abstinência para a execução e planejamento das ações sobre drogas. Em abril de 2019 a Presidência da República editou o Decreto n. 9.761, aprovando a Política Nacional de Drogas. Até então os modelos de atenção aos usuários de drogas tinham suporte na Lei n. 11.343/2006. O reordenamento das políticas apresenta um retrocesso no cenário da assistência aos usuários.



A resolução CONAD n. 01/2018 apresenta violações ao texto constitucional no que se refere ao direito de acesso à saúde e à dignidade da pessoa humana, e à negligência com que trata as pessoas dependentes de álcool e drogas, uma vez que exigir delas a abstinência como única e exclusiva forma de tratamento é ignorar a complexidade do assunto e toda a metodologia já desenvolvida pela ciência da saúde (WORM e MIGANI, 2019, p. 75).

De acordo com Worm e Migani (2019, p. 74): “A exigência da abstinência como única opção na construção das políticas públicas corrompe toda construção histórica de oferta de serviços de saúde com vistas à redução de danos, já implementada pela rede SUS.” O cenário instituído durante o percurso para a garantia de assistência à saúde mental revela diversos motivos para que a abordagem de RD seja adotada ao invés de um modelo centrado na abstinência, que vão desde o fomento de políticas sociais que promovam ao usuário de drogas o direito ao exercício da cidadania e participação social até políticas de saúde que promovam o acesso aos serviços, a conservação dos laços sociais e de redes de apoio, contrário ao modelo de internação e exclusão social (WORM e MIGANI, 2019).

Os achados para a elaboração desta pesquisa foram desenvolvidos entre 2014 e 2021, portanto, apresentam uma dualidade, expondo dois momentos distintos que interferem nas políticas de saúde mental e de assistência a usuários de substâncias. A mudança da política caracteriza um destes momentos, atingindo diretamente os direitos dos usuários de drogas e desqualificando formas de tratamento humanizadas, singulares e respeitosas aos indivíduos, principalmente a abordagem de RD, presente neste estudo.

## **5. ASPECTOS DA ABORDAGEM DE REDUÇÃO DE DANOS: POTENCIALIDADES E DESAFIOS**

De acordo com Raupp et. al. (2021), a abordagem de RD surgiu no Brasil em 1989, na cidade de Santos - São Paulo, onde as ações de prevenção à Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS) com indivíduos que faziam uso de drogas injetáveis expandiram, considerando o aumento de casos de transmissão do Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV) (MESQUITA, 1991 apud PASSOS e SOUZA, 2011). Até então, a intervenção com esse público se baseava na abstinência e na institucionalização. A abordagem de RD se expande em 2003, quando passa de uma estratégia exclusiva dos Programas de DST/AIDS para uma estratégia norteadora da política do Ministério da Saúde para usuários de álcool e outras drogas, se tornando a diretriz principal de tal política (BRASIL, 2003; PASSOS e SOUZA, 2011).

As mudanças políticas da atualidade não mantêm a abordagem de RD como uma diretriz vigente para a atenção ao usuário de drogas. Apesar de o modelo assistencial atual ser baseado na abstinência para a realização das ações com os usuários, os serviços e profissionais da área ainda se baseiam na RD para a execução das práticas, demonstrando uma forma de resistência ética e política frente ao redirecionamento de outro modo mais restrito de cuidado e atenção ao usuário Machado et. al. (2020a) demonstram em sua pesquisa envolvendo serviços de CapsAD que práticas que adotam a RD como lógica de atenção têm sido utilizadas e priorizadas constantemente.

Em contrapartida, os estudos de Silva, et. Al. (2015) demonstram que mesmo quando a RD era a proposta nacional de intervenção em serviços de saúde mental, sendo reconhecida como abordagem importante para com os usuários, ela era pouco citada entre as políticas empregadas nos serviços, levando a pensar sobre as diferentes formas que a abordagem de RD é vista, compreendida e utilizada pelos profissionais como uma estratégia de ação potente, ilustrando os desafios de interpor a abordagem no cotidiano da atenção em saúde.

Da mesma forma, Pires e Santos (2021) abordam em sua pesquisa as diferentes formas de entendimento dos profissionais sobre a abordagem de RD:

Ao longo da pesquisa nos CapsAD já eram perceptíveis algumas diferenças entre os profissionais no que se refere às percepções sobre a RD como orientação para o serviço. Alguns viam-na com entusiasmo e relatavam suas possibilidades terapêuticas. Outros se mostravam céticos quanto à sua efetividade, declarando-se contrários a sua utilização, mesmo reconhecendo que a adoção da RD, naquele serviço, era uma determinação formal da Política de Atenção a Usuários de Álcool e Outras Drogas (PAUAD). (PIRES e SANTOS, 2021, p. 5).

Explicitando a potencialidade da abordagem de RD, quando ela foi instituída, não havia uma exigência específica para ser redutor de danos. A lógica para realizar o trabalho era ter sensibilidade à problemática e se identificar com as questões envolvidas no uso de drogas e da dependência química. O trabalho como redutor de danos se desenvolveu através da convivência na comunidade, com a realidade dos usuários, orientando sobre o cuidado que eles podem desenvolver sobre si mesmos, sem que a interrupção imediata do uso de substâncias seja imposta. Na perspectiva de RD, quando o sujeito estabelece um pensamento concreto sobre os seus desejos de mudança, pode surgir a possibilidade de concretizá-los (RAUPP, et. al., 2021).

Nessa circunstância: “A abordagem da redução de danos reconhece cada usuário em suas singularidades, traça com ele estratégias que estão voltadas não para a abstinência como objetivo a ser alcançado, mas para a defesa de sua vida.” (BRASIL, 2003, p. 10). De acordo com Passos e Souza (2011), os usuários de drogas podem reduzir o uso de substâncias quando experimentam um contexto de acolhimento, como as ações coletivas. A rede constituída através destas ações produz efeitos significativos aos usuários. É uma rede que se compõe por diversos pontos, como profissionais, familiares, serviços de saúde, comunidade, onde ocorre um apoio mútuo e um estímulo à produção de saúde, sem impor a interrupção imediata do uso de drogas (BRASIL, 2003).

Além do acolhimento produzido pela rede, o apoio ao usuário que emerge através da abordagem de RD engloba além dos saberes de profissionais, os saberes dos próprios usuários, sobre a experiência do uso de drogas e de como isso afeta o seu cotidiano, além de aspectos que não se resumem apenas ao uso de drogas, mas que falam dos modos de existir desse usuário na sociedade. Desta forma, inserindo os indivíduos no seu próprio tratamento de forma ativa e participativa, como um propósito para o cuidado de si (SOUZA e CARVALHO, 2014).

Enquanto o modelo assistencial baseado na abstinência se baseia na ideia de que os usuários buscam os serviços para interromper o consumo de drogas de forma

imediate, muitas vezes não percebendo outros aspectos da vida desse sujeito, que podem levá-lo a buscar o serviço de saúde (MACHADO, et. al. 2020b), o modelo de RD busca a inserção do indivíduo em um tratamento abrangente, que inclui o apoio dos familiares e profissionais, bem como a inserção e participação em meio social, com a perspectiva de reduzir o uso de substâncias a níveis que não agravem seu estado de saúde e que levem à uma melhor qualidade de vida, podendo, inclusive, alcançar a abstinência (WORM e MIGANI, 2019) Corroborando com essa ideia:

O objetivo da RD é mitigar prejuízos decorrentes do consumo de álcool e outras drogas, contrastando com terapêuticas tradicionais usualmente aplicadas. Também não se adota a abstinência como foco principal ou exclusivo do cuidado, ainda que não se oponha a ela. Trata-se de uma proposta de “cuidado para além das drogas”, que prioriza o engajamento dos usuários num projeto de autocuidado e reinserção social, o qual, no entanto, preserve sua autonomia decisória e promova sua capacidade de autorregulação (PIRES e SANTOS, 2021, p. 3).

Compreende-se que a abordagem de RD é uma proposta promissora como uma ética do cuidado ampliado e uma estratégia possível de ser utilizada no direcionamento de ações de saúde no tratamento de usuários de drogas. A perspectiva da RD engloba diversas possibilidades onde além da intervenção profissional, o usuário pode ser o protagonista do seu próprio cuidado, gerindo o consumo de substâncias e tomando decisões com autonomia, ressignificando a forma de tratamento.

## **6. A PERCEPÇÃO DOS USUÁRIOS DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS QUE BUSCAM CUIDADOS EM SERVIÇOS DE SAÚDE MENTAL**

Para além de retratar a importância da abordagem de RD nos serviços de saúde mental e de que forma ela é empregada pelos profissionais, é importante também pensar em de que maneira esta perspectiva é compreendida e reconhecida como uma forma de tratamento considerável no cotidiano de usuários de substâncias e como ela pode impactar no restabelecimento de tais usuários. Machado et. al. (2020b) apresenta em seus estudos os motivos que levam os usuários de drogas a buscarem serviços de saúde, revelando que os usuários reconhecem os prejuízos advindos do uso constante de drogas e diante da dificuldade de manejar o uso, buscam o serviço de saúde prioritariamente a fim de interromper o consumo de substâncias de forma imediata.

Os usuários também enfatizam o desejo de realizar o tratamento nos serviços de saúde mental sem que ocorra a recaída, comum após períodos de abstinência (MACHADO, et. al., 2020b). A suspensão imediata da droga pode acarretar múltiplas alterações no cotidiano do usuário. Por consequência da interrupção do uso de substâncias de forma abrupta, é comum que na recaída o organismo responda a este processo causando ainda mais prejuízos no estado de saúde do usuário, afetando fatores biopsicossociais (MAÇANEIRO, 2008).

A produção da autonomia constitui-se como expectativa dos usuários do CapsAD. Alguns relataram a impossibilidade a caminhar pela vida, seja pelas dificuldades que têm para produzir a gestão do consumo de drogas, seja pelas dificuldades que se apresentam em suas trajetórias, associadas ao rompimento de laços sociais, à impossibilidade de permanecer no trabalho e ao envolvimento em atividades ilícitas, como o tráfico de drogas. Alguns usuários afirmaram ter perdido a capacidade de escolher e de definir seus destinos, querem voltar a ser sujeitos de suas vidas. (MACHADO, et. al., 2020b, p. 11).

Considerando aspectos sociais e políticos, assim como a singularidade do indivíduo, entende-se que os usuários de drogas trilham um percurso permeado de complexidade. Para além do desejo incessante de alcançar a abstinência, os usuários apresentam diversas demandas que não se resumem somente à interrupção imediata do consumo de drogas, mas que dizem dos prejuízos na saúde decorrentes do uso frequente de substâncias. Machado, et. al. (2020b) expõe que além do desejo de

abstinência, os usuários buscam cada vez mais uma forma de cuidado para si, considerando comprometimentos em um viés físico, psíquico e social. Além disso, os usuários realizam tentativas de reconhecer e experimentar formas de gerir o consumo de drogas ao invés de interrompê-lo de forma imediata, indo ao encontro dos ideais da abordagem de RD.

No Brasil, a Pesquisa Nacional sobre o Uso de Crack identificou fatores considerados importantes por pessoas usuárias de crack em situação de rua na busca por serviços assistenciais: oferta de alimentação, banho e outros cuidados de higiene, ajuda para conseguir emprego, ajuda para conseguir escola/curso, oferta de serviços básicos de saúde, de serviços sociais básicos e de gratuidade de serviços. (MACHADO, et. al., 2020b, p. 2).

Além de serviços básicos de saúde, os usuários reconhecem nos serviços de saúde mental a possibilidade de apoio e reestruturação de vínculos e laços sociais fragmentados, frente a seus processos de adoecimento. Tais fragilidades não advêm apenas pelo uso massivo de substâncias, mas também por diversos processos sociais que permeiam uma sociedade organizada estruturalmente de forma hegemônica, que evidencia cada vez mais o preconceito, desamparo, exclusão e a marginalização às minorias, dificultando o acesso dos indivíduos aos direitos básicos e à mínimas condições de estabelecer a melhora na qualidade de vida (MACHADO, et. al., 2020b).

Considerando as demandas, dificuldades e expectativas de restabelecimento apresentadas pelos usuários de drogas que buscam cuidados nos serviços de saúde mental, principalmente no âmbito da promoção da saúde, redução dos agravos pelo uso de substâncias e reconstrução dos laços sociais, é preciso que os profissionais da saúde que compõem a rede de cuidado deste usuário, dentre eles o terapeuta ocupacional, tenham um olhar ampliado e cuidadoso, não voltado somente para os saberes biomédicos, mas atentos também à subjetividade, viabilizando a compreensão da complexidade das vivências do indivíduo.

## 7. A CONTRIBUIÇÃO DA TERAPIA OCUPACIONAL A PARTIR DA ABORDAGEM DE REDUÇÃO DE DANOS

Para que haja compreensão de como ocorre a prática da Terapia Ocupacional em consonância com a abordagem de RD, é válido pontuar aspectos sobre como a profissão se estabelece na área da saúde mental. Shimoguri e Costa-Rosa (2017) pontuam o quanto a Terapia Ocupacional considera o fazer humano como um instrumento para nortear a prática de trabalho, além de se aproximar dos princípios da reabilitação psicossocial, fomentados desde a Reforma Psiquiátrica Brasileira, evidenciando a atividade terapêutica como um ponto característico das intervenções na área da saúde mental. Além disso, os autores ressaltam a utilização terapêutica da ocupação como um meio para que os indivíduos possam estabelecer outras percepções frente ao adoecimento psíquico.

Silva, et. al (2015) também relataram em sua pesquisa sobre o mapeamento da atuação de terapeutas ocupacionais em CapsAD, as concepções que estes profissionais estabelecem acerca da atividade:

A atividade tem que ser um meio pelo qual consiga entender e perceber os aspectos do paciente e um facilitador para que a intervenção aconteça. A atividade é um recurso que a Terapia Ocupacional apropria para poder promover ao paciente um novo significado ao seu fazer. Ela pode ser um meio para alcançar algo e pode ser o próprio fim/objetivo da intervenção. (SILVA, et. al. 2015, p. 330).

Nogueira e Pereira (2014) contribuem expondo que quando o terapeuta ocupacional se direciona às necessidades cotidianas do usuário, considerando as suas reais possibilidades, partindo delas para articular diferentes formas de tratamento ou a realização de atividades terapêuticas significativas àquele indivíduo, proporciona e estimula o usuário a se experimentar e expressar suas vontades e conflitos, compartilhando mais da sua realidade. Além disso, objetiva que tais ações promovam maior autonomia e emancipação ao indivíduo, estimulando a participação no meio coletivo (SHIMOGURI e COSTA-ROSA, 2017). Ribeiro e Machado (2008, p. 74) apontam que a Terapia Ocupacional deve: “contribuir para que a vida coletiva e as existências individuais sejam mais interessantes, abertas e criativa e nós,

terapeutas ocupacionais, facilitadores desse processo de transformação, devemos ser incansáveis criadores de possibilidades.”

Na atenção ao usuário de substâncias, é importante que o terapeuta ocupacional respeite e compreenda os atos decisórios do usuário, buscando entender o que levou o indivíduo ao uso de substâncias e os modos que ele consome as drogas. Além disso, para planejar as ações em saúde para os usuários, o profissional deve compreender as histórias de vida e o papel social do sujeito, partindo disso para elaborar estratégias que façam sentido ao usuário, estimulando-o a aderir estratégias de saúde com vistas a reduzir os agravos do uso de substâncias (SILVA, et. al., 2015).

Sabendo que a abordagem de RD compreende ações que reduzam os danos do uso de substância, sem necessariamente interromper o uso e relacionando-a com os princípios da terapia ocupacional, entende-se que o profissional da área se beneficia de inúmeras possibilidades para oferecer um cuidado adequado ao usuário de drogas, partindo da perspectiva da RD. O terapeuta ocupacional proporciona ao usuário um espaço de diálogo, onde a partir das demandas expostas, seja possível que o profissional auxilie na reorganização do cotidiano do indivíduo, motivando-o de forma que o mesmo consiga visualizar suas prioridades no processo de restabelecimento, aderindo ao tratamento e conseqüentemente participando de atividades terapêuticas diversas (TEDESCO, 1997 apud SILVA et. al., 2015).

Silva, et. al. (2015) aborda que os objetivos terapêuticos ocupacionais vão além das questões específicas de saúde. O terapeuta ocupacional considera o indivíduo em uma dimensão humana, sem fragmentar o cuidado. Com isso, considera todos os aspectos que envolvem a existência do usuário, que também reverberam no processo de adoecimento físico e psíquico, para planejar ações de saúde e ainda mais, ações que resultem na retomada de capacidades e produzam vida. Através da atuação específica do terapeuta ocupacional, o profissional consegue alcançar os interesses do usuário de forma efetiva e traçar os objetivos terapêuticos ocupacionais, como: promover compreensão a respeito da problemática associada ao uso de substância química, estimular as potencialidades, reformular hábitos, visando melhoria na qualidade de vida; reinserção social e reconstrução da cidadania (OLIVEIRA, 2006 apud SILVA, et. al., 2015).

Nogueira e Pereira (2014) analisam em sua pesquisa as ações que os terapeutas ocupacionais realizam na atenção a pessoas com problemas advindos do uso de álcool ou outras drogas. Os autores destacam que as principais atividades



mencionadas pela maioria dos profissionais entrevistados são, em grande parte, atividades auto expressivas, atividades manuais e de artesanato, atividades que promovam a educação em saúde, o autocuidado e a reorganização do cotidiano. Silva, et. al. (2015) também aponta que os profissionais colocam em evidência as atividades expressivas como as principais utilizadas com os usuários, principalmente as que abordam a corporeidade, atividades de alongamento, relaxamento, consciência corporal. Explicitando as potencialidades que a atuação do terapeuta ocupacional apresenta no cuidado a usuários de drogas, Mota, et. al., (2019) apresenta em sua pesquisa a declaração de um usuário do serviço sobre o significado da atuação da Terapia Ocupacional em seu tratamento:

Para mim a Terapia Ocupacional é aquela pessoa que se depara com uma pessoa numa situação de risco, por exemplo, álcool ou drogas, e ela tenta deixá-la à vontade para expor o problema dela pra ela conseguir entrar com uma solução, com uma luz no final do túnel, com uma esperança para aquela pessoa, porque muitas vezes quem está dentro da situação não tem esperança nenhuma em conseguir se tratar, conseguir se reintegrar na sociedade. Então eu vejo a terapia ocupacional como isso, como a reintegração na sociedade, um trabalho mental mesmo. Usuário 1. (MOTA, et. al., 2019, p. 812)

Apesar de reconhecer a possibilidade de intervenção a partir da abordagem de RD, os profissionais relatam fragilidades para realizar a atuação. Mota, et. al. (2019) expõem os relatos de terapeutas ocupacionais que comentam sobre conflitos com a rotina do serviço e o déficit de profissionais que atuam nesta área. Silva, et. al. (2015) apresenta que os profissionais consideram as internações compulsórias e a falta de aplicabilidade dos princípios da Reforma Psiquiátrica no serviço de saúde mental como desafios para realizar a prática. Ambos os autores apontam que os profissionais entrevistados citam como limitadores a falta de adesão dos usuários ao serviço e as fragilidades referente a articulação da rede de assistência ao usuário.

As dificuldades apontadas pelos terapeutas ocupacionais para alcançar uma prática de qualidade, podem emergir antes mesmo da inserção do profissional no serviço. A falta de conhecimento e compreensão sobre a temática do uso de drogas e das ações a serem realizadas com os usuários é reflexo de um percurso acadêmico onde pouco se discute e debate sobre o assunto, influenciando na prática que o terapeuta ocupacional realiza nos serviços de saúde mental.

## 8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo contribuiu para compreender as potencialidades da abordagem de RD na assistência a usuários de álcool e outras drogas, bem como os desafios de colocar em prática tal perspectiva nos serviços de saúde mental, frente às mudanças das políticas públicas que regem o cuidado com o referido público e aos diferentes entendimentos dos serviços, profissionais, usuários e sociedade sobre esta abordagem. Apresenta-se as percepções dos usuários acerca da assistência recebida nos serviços de saúde mental e as diferentes demandas que eles apresentam e que não se restringem somente à abstinência. Além disso, a pesquisa permite analisar as possibilidades de atuação do terapeuta ocupacional com este público, associadas à abordagem de RD.

No desenvolvimento do trabalho, percebe-se os desafios de se produzir uma pesquisa sobre o assunto escolhido. A produção científica sobre a temática apresentada é escassa, influenciando na compreensão de como a prática da Terapia Ocupacional acontece partindo da perspectiva de RD. Foi necessário recorrer a outros achados para contribuir com a elaboração da pesquisa, articulando-os com os estudos pré definidos para a realização da análise e discussão.

O presente estudo aponta também a importância de que os profissionais de Terapia Ocupacional, principalmente os que se aproximam da atuação no campo da saúde mental, se aprofundem na discussão acerca da abordagem de RD, discutindo sobre a temática apresentada ainda durante a vida acadêmica, superando as lacunas que existem nesse processo. Espera-se que esta pesquisa possa contribuir e fomentar a produção de mais estudos sobre o referido assunto, evidenciando a potencialidade da prática de Terapia Ocupacional no campo da saúde mental e na assistência ao usuário de álcool e outras drogas.

Ainda, compreendendo que ocorre uma mudança no cenário político atual, tem-se a expectativa de que esse momento reverbere também em uma mudança das políticas públicas vigentes atribuídas no âmbito da saúde mental, principalmente na atenção ao usuário de álcool e outras drogas, retomando práticas que estejam em consonância com a lógica de RD, fomentando um tratamento humanizado e digno, dando voz aos usuários de substâncias e permitindo que os mesmos acessem um serviço de qualidade, com a assistência necessária disponível e os direitos básicos para um restabelecimento adequado.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2001.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 1.028, de 1º de julho de 2005. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2005a.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 336, de 19 de fevereiro de 2002. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2002.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. DAPE. Coordenação Geral de Saúde Mental. **Reforma psiquiátrica e política de saúde mental no Brasil**. Documento apresentado à Conferência Regional de Reforma dos Serviços de Saúde Mental: 15 anos depois de Caracas. OPAS. Brasília, DF, 2005b.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Saúde mental no SUS: os centros de atenção psicossocial**. Brasília, DF, 2004.

CAMARA, R. H. Análise de conteúdo: da teoria à prática em pesquisas sociais aplicadas às organizações. **Gerai**, *Rev. Interinst. Psicol.*, Belo Horizonte, v. 6, n. 2, p. 179 – 191, 2013. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1983-82202013000200003&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-82202013000200003&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 05. Fev. 2023.

FIGUEIREDO, M. de O. et al. A ocupação e a atividade humana em terapia ocupacional: revisão de escopo na literatura nacional. **Cad. Bras. Ter. Ocup.**, [S.l.], v. 28, n. 3, p. 967-982, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.4322/2526-8910.ctoAR1858>. Acesso em: 22. Jan. 2022.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

GULJOR, A. P. F. et al. Ser, estar e habitar a desinstitucionalização da saúde mental brasileira. **Ciência & Saúde Coletiva**. [S. l.], v. 27, n. 01, 4 pág. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232027271.20912021>. Acesso em: 23. Jan. 2022.

LOPES, F. J. O. Proibicionismo e atenção em saúde a usuários de drogas: tensões e desafios à políticas públicas. **Psicologia & Sociedade**, [S. l.], v. 31, p. 1-15. 2019. Acesso em: 15. Dez. 2022.

MACHADO, A. R; MODENA, C. M; LUZ, Z. M. P. da. Das proposições da política às práticas dos serviços: há novidades nos Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas? **Physis: Revista de Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v.30, n. 1, p. 1-20, 2020a. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-73312020300118>. Acesso em: 19. Jan. 2023.

MACHADO, A. R; MODENA, C. M; LUZ, Z. M. P. da. O que pessoas que usam drogas buscam em serviços de saúde? Compreensões para além da abstinência. **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**. Botucatu. v. 24. p. 1-15, 2020b. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/Interface.190090>. Acesso em 17. Jan. 2023

MAÇANEIRO, A. **Percepção do dependente químico quanto ao processo de recuperação**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Enfermagem). Centro de Ciências da Saúde. Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), Itajaí (SC), 2008. Disponível em: <http://siaibib01.univali.br/pdf/Amarildo%20Macaneiro.pdf>. Acesso em 17. Jan. 2023.

MOTA, F. O. et al. Aspectos do cuidado integral para pessoas em situação de rua acompanhadas por serviço de saúde e assistência social: um olhar para e pela terapia ocupacional. **Cad. Bras. Ter. Ocup.**, São Carlos. v. 27, n.4. p. 806-816. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.4322/2526-8910.ctoAO1809>. Acesso em 23. Jan. 2023.

NOGUEIRA, A. M; PEREIRA, A. R. Ações de terapeutas ocupacionais na atenção à pessoa com problemas relacionados ao uso de álcool e outras drogas. **Cad. Ter. Ocup. UFSCar**. São Carlos, v. 22, n. 2, p. 285–293, 2014. Disponível em: <https://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/638>. Acesso em 23. Jan. 2023

PASSOS, E. H; SOUZA, T. P. Redução de danos e saúde pública: construções alternativas à política global de “guerra às drogas”. **Psicologia & Sociedade**, [S. l], v. 23, n. 1, p. 154-162, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822011000100017>. Acesso em: 17. Jan. 2023.

PIRES, R. R. C; SANTOS, M. P. G. dos. Desafios do multiprofissionalismo para a redução de danos em Centros de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas. **Saúde e Sociedade**. [S. l], v. 30, n.2, p. 1-12, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902021200072>. Acesso em:17. Jan 2023.

RAUPP, et. al. Memória das políticas e práticas em redução de danos: entrevista com Fátima Machado. **História, Ciências, Saúde** – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.28, n.3, p. 839-847, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702021000300012>. Acesso em: 15. Jan. 2023.

RIBEIRO, M. C.; MACHADO, A. L. A Terapia Ocupacional e as novas formas do cuidar em saúde mental. **Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo**, São Paulo, v.19, n. 2, p. 72-75, 2008. Acesso em 23. Jan. 2021.

SHIMOGUIRI, A. F. D. T.; COSTA-ROSA, A. da. Do tratamento moral à atenção psicossocial: a terapia ocupacional a partir da reforma psiquiátrica brasileira. **Interface (Botucatu)**. v. 21, n. 63. p. 845-856, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-57622016.0202>. Acesso em: 22. Jan. 2021.

SILVA, C. R. et. al. Mapeamento da atuação do terapeuta ocupacional nos Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS ad) do interior do estado de São Paulo. **Cad. Ter. Ocup. UFSCar**. [S. l], v. 23, n. 2, p. 321-334, 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.4322/0104-4931.ctoAO0504>. Acesso em: 23. Jan. 2023.

SOUZA, T DE P.; CARVALHO, S. R. Apoio territorial e equipe multirreferencial: cartografias do encontro entre o apoio institucional e a redução de danos nas ruas e redes de Campinas, Sp, Brasil. **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**. Botucatu. v. 18, n. 1. P. 945-956, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-57622013.0518>. Acesso em: 17. Jan. 2023.

WORM, N; MIGANI, E. J. Retrocesso na política nacional sobre drogas: aprovação da resolução da abstinência pelo conselho nacional de políticas sobre drogas. **Rev. de Direito Social e Políticas Públicas**. Goiânia, v. 5, n.1, p. 60-80, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.26668/IndexLawJournals/2525-9881/2019.v5i1.5561>. Acesso em: 17. Jan. 2023.